

Governo cogita MP para congelar salário de servidor público

Com uma derrota na conta, o governo federal irá insistir no congelamento do salário do funcionalismo público. O projeto de ajuda a estados e municípios que tramita no Congresso deixou a medida de fora, mas a equipe econômica já tem outra aposta.

Agora, o Ministério da Economia trabalha na costura de uma medida provisória (MP) para de alguma forma atrelar o socorro da União a medidas de contenção de despesas. Neste ponto, entraria a suspensão de reajustes.

Mesmo sendo reconhecida como uma medida que visa conter o aumento do endividamento público, que será impactado devido aos investimentos no combate à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, o congelamento enfrenta resistência.

A principal delas vem justamente do Palácio do Planalto, que não quer deixar as suas digitais em um projeto que pode impactar diretamente mais de 12 milhões de pessoas. O presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), não quer mexer no bolso do servidor, pelo menos neste primeiro momento.

O principal entusiasta do congelamento dos salários é o ministro da Economia, Paulo Guedes. Nas últimas semanas, em pelo menos duas ocasiões, Guedes defendeu abertamente a suspensão dos reajustes.

Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, também defende o projeto, mas insiste que o governo tem que ser o responsável pelo encaminhamento.

Apesar dos estudos técnicos e jurídicos para a elaboração da MP, o Ministério da Economia não revela detalhes de seus planos.

A pasta afirma, em nota, que "não comenta medidas em análise ou que ainda não são públicas". Mas, admite:

"O grupo de monitoramento da crise econômica relacionada à Covid-19 está analisando diversas alternativas para reduzir os impactos da pandemia para o setor produtivo e para o setor público, com o objetivo de preservar especialmente a população mais vulnerável", frisa o texto.

O país tem 12 milhões de servidores, sendo a maior parcela na esfera estadual e municipal. A União mantém pouco mais de 600 mil empregados públicos.

As principais lideranças sindicais começam a traçar uma estratégia para a medida não sair do papel. O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, é categórico. "Temos um poder de pressão em nossas mãos e vamos usar", ameaça.

"Questão moral"

A defesa mais recente da medida partiu do secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, que pregou o corte de salário do funcionalismo público como uma "questão moral" durante a pandemia.

Para Sachsida, "o exemplo tem que vir de cima". "O desemprego está subindo a passos largos. Será que está correto algumas pessoas não perderem emprego e manterem o salário?", afirmou nessa terça-feira (14/04).

O governo até tentou negociar. O Ministério da Economia sinalizou a parlamentares que aceitaria diminuir o tempo de congelamento dos salários de dois anos para 20 meses pela aprovação. Não surtiu efeito.

Câmara ignora

Ao aprovarem o projeto que prevê R\$ 89,6 bilhões em auxílio a estados e municípios na Câmara, deputados ignoraram todas as medidas defendidas por Paulo Guedes para mitigar os impactos econômicos do novo coronavírus.

A equipe econômica defendia que governadores e prefeitos não concedessem aumento na remuneração dos funcionários como contrapartida para receber o reforço, que somaria até R\$ 40 bilhões para recompor a queda de arrecadação dos caixas locais.

"Mansueto: servidores federais terão freio em reajustes nominais"

Na véspera do envio do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, admitiu que a situação das contas públicas está mais complicada por causa da crise gerada pelo coronavírus. Além das medidas de mitigação que já estão sendo tomadas pelo governo federal, o secretário afirmou que haverá um freio em qualquer aumento nominal a ser concedido para servidores públicos federais.

Mansueto disse acreditar que os servidores públicos federais "aceitarão o sacrifício" de ficar sem reajuste num momento de crise. Segundo ele, não haverá queda de salário, mas freio em qualquer aumento nominal. "Estamos em crise muito séria, mais de um milhão de trabalhadores no setor privado já foram afetados [por medidas de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato]. No setor privado está tendo queda salarial", disse.

Ele lembrou ainda que os servidores das categorias com salários mais elevados tiveram reajustes entre 2016 e 2019, mesmo com um cenário já de crise.

O secretário afirmou que a agenda de privatização e concessão é importante por uma questão de eficiência, mas que no momento atual ela fica temporariamente em compasso de espera. Ele defendeu, porém, que o governo acelere a modelagem para estar pronto para fazer os leilões quando acabar a crise.

Previsão para déficit primário é frágil

Mansueto também disse que qualquer estimativa para o déficit primário no próximo ano é "frágil" e que ao longo do ano o governo pode ter que rever a meta do próximo ano. Como mostrou mais cedo o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o governo deve usar para 2021 uma meta fiscal flexível com um número de referência para o resultado primário, que deve ser de um déficit de R\$ 150 bilhões.

"É difícil estimar velocidade de recuperação da economia e o impacto na arrecadação, podemos ter crescimento negativo do PIB em 2020. A meta prevista LDO é uma tentativa, pode piorar ou melhorar", afirmou.

O secretário ressaltou que as estimativas para a economia neste ano divergem e há previsões de queda de "1,5%, 5% e 7%" do PIB. Além disso, não se tem certeza da duração da pandemia e do isolamento social necessário. "Foram postergados tributos para o segundo semestre, será que empresas conseguirão pagar?", questionou.

O secretário disse ainda contar com a "boa vontade" do Legislativo e do Judiciário para que o déficit de 2020 não cresça tanto. "Não vou me preocupar enquanto projeção de déficit ficar em torno de 8% do PIB", completou.

Sem pauta bomba

Mansueto disse ainda que "não espera nenhuma bomba fiscal do Congresso" e defendeu que todos tenham compromisso com o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação. Segundo ele o teto é a única âncora fiscal num momento de crise e elevação do endividamento público, importante para evitar que o custo dessa dívida fique muito alto.

"É importante que todos tenham compromisso com regra do teto. O país fez muitas reformas e estava caminhando em direção correta. Temos que, após a crise, insistir em consenso para agenda de reformas", afirmou.

O secretário defendeu ainda que o governo tem meios de evitar o crescimento de despesa permanente sem fonte. Para o ano que vem, segundo ele, as despesas discricionárias (que incluem custeio e investimentos) devem ficar próximas ao que era programado para 2020 antes da crise (cerca de R\$ 94 bilhões).

Auxílio aos estados

O secretário do Tesouro Nacional apontou que medidas de auxílio aos estados têm que ser analisadas "de forma cuidadosa". Ele citou como exemplo pedidos para securitização de dívida. "Isso tem que ser analisado de forma cuidadosa porque compromete a receita de governadores que ainda não foram eleitos", afirmou.

O secretário ressaltou que os estados não estavam conseguindo pagar precatórios mesmo antes da crise do coronavírus e que a União teria que abrir uma linha de financiamento para pagarem o estoque até 2024.

O alerta vem em meio às negociações por um plano de socorro a estados e municípios que tem sido classificada de "cheque em branco" pelo governo. "Precisamos atuar da forma mais harmônica possível. Essa harmonia é necessária para combater a crise sem custo excessivo", disse.

Mansueto advertiu que o projeto que ajuda Estados e municípios "tem esse problema" de ser um cheque em branco. Como a União precisará compensar perdas de ICMS e ISS, se a queda for maior de 30%, o custo passará de R\$ 85 bilhões, afirmou o secretário.

Além disso, segundo ele, a possibilidade de os Estados e municípios concederem novos benefícios tributários tornou a conta incerta.

O secretário disse, porém, que há no debate um problema de comunicação. "Não existe um número certo nem errado (de ajuda a governos regionais). O que existe é o bom debate político", afirmou. "Temos que respeitar o bom debate político, sem culpar um ou outro."

Mansueto alertou que a crise é tão séria que mudou a direção da política econômica este ano. Mas reconheceu que não necessariamente Câmara e Senado precisam "concordar com tudo" que a equipe econômica propõe. Ele defendeu, porém, um debate transparente sobre a proposta.

O secretário lembrou ainda que a União já transferiu R\$ 2 bilhões para gastos em assistência social de Estados e municípios. Os gastos com saúde, porém, ainda foram muito pequenos até agora. Ele notou também que Estados e municípios terão pressão diferente sobre sistema de saúde, por isso a ajuda deveria ser calibrada de acordo com esse fator."

Contrato Verde e Amarelo: como cada deputado votou MP que flexibiliza direitos trabalhistas

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (14), por 322 votos a 153, a medida provisória do contrato de trabalho verde amarelo. A matéria segue para análise do Senado. Para não perder a validade, a MP precisa ser votada até a próxima segunda-feira (20). Veja no final do texto como cada deputado votou.

A medida provisória flexibiliza o pagamento de direitos trabalhistas e contribuições sociais para facilitar a contratação de jovens de 18 a 29 anos e trabalhadores com mais de 55 anos. Maia e aliados tentavam há semanas analisar a MP, mas esbarravam na resistência de partidos de oposição.

Durante a deliberação, foi aprovado um destaque de autoria do PSL que permite ao empregador antecipar e pagar de forma parcelada por mês verbas trabalhistas, como 13º salário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Na segunda-feira (13), o relator, deputado Christino Áureo (PP-RJ), fez algumas concessões à oposição e modificou seu parecer para retirar das isenções a empresários o pagamento do salário-educação, imposto destinado para a educação básica pública. Dessa forma, os empregadores continuam pagando essa contribuição social em vez de ficarem desobrigados, como era a versão original do texto.

Outra modificação feita foi a retirada da possibilidade de trabalho aos domingos e o trecho que reduzia de 8% para 2% a contribuição mensal para o FGTS. O texto final manteve os 8% que estão em vigor atualmente.

O relator havia recuado em relação ao aumento da multa em caso de demissões em justa causa. O texto enviado pelo governo previa que a multa de 40% do FGTS do tempo acumulado de contratação diminuiria para 20%. Na versão mais recente do parecer a multa passou a ser de 30%. No entanto, destaque do PSL que foi aprovado retomou o valor inicial de 20% de pagamento da multa.

Mesmo com as mudanças feitas por Áureo, a oposição tentou adiar a análise da MP. PSB, PT, PDT e Psol entraram em obstrução. Por conta disso a sessão durou quase 10 horas.

A iniciativa foi votada no dia 17 de março em comissão mista, formada por deputados e senadores. Entre as modificações feitas anteriormente pelo relator em relação ao texto do governo estão a inclusão de trabalhadores com mais de 55 anos e a retirada da obrigatoriedade da taxa do seguro-desemprego.

O pacote trabalhista é voltado para jovens de 18 a 29 anos que ainda não trabalharam sob regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e trabalhadores com mais de 55 anos. A vigência é do dia 1 de janeiro de 2020 ao dia 31 de dezembro de 2022.

Essa modalidade de trabalho é para funcionários que ganham até um 1,5 salário mínimo. Os empregadores podem preencher com estes empregados até 25% do total das vagas disponíveis na empresa.

O conjunto de medidas elaboradas pelo governo federal para estimular a criação de vagas de trabalho tem como eixos principais a desoneração fiscal das empresas, ou seja, a redução nos impostos sobre a folha de

pagamento dos funcionários, para facilitar a contratação e uma abertura maior no microcrédito, com a oferta de R\$ 40 bilhões até 2022.

Os empregadores que optarem por empregar trabalhadores nestas faixas etárias ficarão isentos de algumas obrigações fiscais como a contribuição social destinada ao Sistema S e contribuições previdenciárias.

Veja o voto de cada deputado mineiro: Voto sim = favorável à MP Voto não = contrário à MP

Aécio Neves (PSDB-MG)
Alê Silva (PSL-MG) - SIM
André Janones (AVANTE-MG) – ABSTENÇÃO
Áurea Carolina (PSOL-MG)
Bilac Pinto (DEM-MG) - SIM
Charles Evangelista (PSL-MG) - SIM
Delegado Marcelo (PSL-MG) - SIM
Diego Andrade (PSD-MG) - SIM
Dimas Fabiano (PP-MG) - SIM
Domingos Sávio (PSDB-MG) - SIM
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) - SIM
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) - SIM
Emidinho Madeira (PSB-MG) - NÃO
Enéias Reis (PSL-MG) - SIM
Eros Biondini (PROS-MG) - SIM
Euclides Pettersen (PSC-MG) - SIM
Fábio Ramalho (MDB-MG) - SIM
Franco Cartafina (PP-MG) - SIM
Fred Costa (PATRIOTA-MG) - SIM
Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) - SIM
Greyce Elias (AVANTE-MG) - SIM
Hercílio Diniz (MDB-MG) - SIM
Igor Timo (PODE-MG) - SIM
Júlio Delgado (PSB-MG) - NÃO
Junio Amaral (PSL-MG) - SIM
Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) - SIM
Léo Motta (PSL-MG) - SIM

Leonardo Monteiro (PT-MG) - NÃO
Lincoln Portela (PL-MG) - SIM
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) - NÃO
Luis Tibé (AVANTE-MG) - SIM
Marcelo Aro (PP-MG) - SIM
Margarida Salomão (PT-MG) - NÃO
Mário Heringer (PDT-MG) - NÃO
Mauro Lopes (MDB-MG)
Misael Varella (PSD-MG)
Newton Cardoso Jr (MDB-MG)
Odair Cunha (PT-MG) - NÃO
Padre João (PT-MG) - NÃO
Patrus Ananias (PT-MG) - NÃO
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)
Paulo Guedes (PT-MG) - NÃO
Pinheirinho (PP-MG) - SIM
Reginaldo Lopes (PT-MG) - NÃO
Rodrigo de Castro (PSDB-MG) - SIM
Rogério Correia (PT-MG) - NÃO
Stefano Aguiar (PSD-MG)
Subtenente Gonzaga (PDT-MG) - NÃO
Tiago Mitraud (NOVO-MG) - NÃO
Wilson da Fetaemg (PSB-MG) - NÃO
Weliton Prado (PROS-MG) - NÃO
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) - SIM
Zé Vitor (PL-MG) - SIM